

ARTIGOS



ESPECULAÇÕES SOBRE A MORAL EM KANT E ALGUMAS IMPLICAÇÕES PARA AS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

Dafiana do Socorro Soares Vicente Carlos

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). *E-mail:* daffyanna@gmail.com

Erenildo João Carlos

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do Departamento de Fundamentação da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB. *E-mail:* erenildojc@hotmail.com

RESUMO

O texto discute a questão da moral em Kant a partir da obra *Os fundamentos da metafísica dos costumes* (1785). Pressupondo o entendimento kantiano de que a sede da dignidade da pessoa humana se encontraria, precisamente, situada na capacidade de todo sujeito racional agir autonomamente em conformidade com a lei. Neste sentido, buscamos entender o argumento kantiano, que transitou de uma razão prática, assentada na adequação entre meios e fins, cujo fundamento estaria no conjunto de necessidades, apetites e inclinações humanas, para um outro, baseado no “por dever”, cuja razão de ser se encontraria no exercício autônomo e livre do sujeito racional. Além disso, o texto ressalta algumas implicações de suas ideias sobre o agir moral para o campo das Ciências das Religiões.

PALAVRAS-CHAVE

Razão prática. Moralidade. Ciências das Religiões. Filosofia do direito. Ética.

1. INTRODUÇÃO

A questão religiosa tem sido objeto de investigação em várias áreas da produção de saber. A filosofia e a teologia, por exemplo, têm problematizado o fenômeno religioso a partir da especulação lógico-argumentativa, baseada na reflexão exe-gética de textos sagrados, ou na interpretação hermenêutica

das marcas arqueológicas deixadas ao longo da trajetória humana na Terra. Isso demonstra que o estudo sistemático da religião não é algo recente.

Uma das problemáticas, envolvendo a definição de “religião”, reside no fato de que o termo, emergido em um contexto cultural e histórico bem específico, encontra-se carregado de várias possibilidades semânticas no mundo ocidental.

Sabe-se que, desde a antiguidade, alguns significados foram vinculados à marca do significante “religião”, a exemplo da palavra *religio*¹, comumente associada à ideia de *Cultus deorum* e *religare*. O primeiro significado recorre a ideia de “culto aos deuses”, “cultivo” ou “adoração”. Diferentemente, o segundo ressalta o sentido do “[...] ligar de novo, ligar de volta, levar de volta [...]”. Segundo Hock (2010, p. 18), a concepção *religare* foi adotada por teólogos cristãos, a exemplo de Santo Agostinho², que entendia a religião como mediação entre o homem e Deus, tendo o papel de reconciliar e “ligar de volta” a alma que se afastou de Deus.

Com o advento da Modernidade, a questão religiosa foi – e tem sido – objeto da preocupação das ditas Ciências Humanas e Sociais, a exemplo da Filosofia, da Antropologia, da História, da Sociologia e, mais especificamente, das Ciências das Religiões, que abordam o fenômeno religioso à luz do entendimento de que a noção de sagrado tem delineado concepções de mundo, modos de vida peculiares, afetando, assim, a organização das sociedades³.

No campo da Sociologia, por exemplo, Berger (1985) na tentativa de conceituar o termo Religião recorre aos sociólogos Durkheim, Karl Marx, Weber e Luckmann. Durkheim (1989) analisa os fenômenos religiosos a partir da dicotomia sagrado/profano, em que a religião é entendida como um “fato social”. Nesse sentido, a religião aparece na sociedade como portadora de símbolos, ritos e crenças, comuns a uma coletividade. Assim, pode-se dizer que a religião é a possibilidade de os indivíduos se organizarem coletivamente.

Marx (1975) entendia que a religião é uma realidade histórica dependente do desenvolvimento das condições materiais

¹ Para Hock (2010), esse termo foi definido por Cícero (106-43 a. C.).

² Hock (2010) assinala o período de Santo Agostinho entre 354-430.

³ Para maior aprofundamento, ver Eliade (2010, p. 185-206).

de vida e da consciência dos indivíduos. Em seu *Manuscrítos econômico-filosóficos*, Marx (1975, p. 77) afirmou que o homem faz a religião; a religião não faz o homem. “[...] O homem não é um ser abstrato, fora do mundo. O homem é o mundo do homem, o Estado, a sociedade [...]”.

Para Weber (1999), a religião é mais do que um sistema de crenças, é uma espécie particular do agir coletivo. É depositária de significados culturais, que permitem interpretar a vida, construir uma identidade e dominar o próprio ambiente, tanto individual quanto coletivo. Seu clássico estudo sobre a relação entre o espírito do protestantismo e o desenvolvimento do capitalismo foi uma investigação emblemática das pesquisas realizadas no âmbito da Sociologia.

Por fim, Berger e Luckmann (2005) assinala que religião é a capacidade de o organismo humano transcender sua natureza biológica por meio da construção de universos de significado objetivos, que obrigam moralmente e que tudo abarca. Com esse entendimento, a religião pode ser vista não somente como um fenômeno social, mas também como um fenômeno, por excelência, antropológico. Uma espécie de autotranscendência simbólica.

Na Antropologia, os estudos de Mircea Eliade (2010) têm contribuído significativamente para o alargamento e aprofundamento do entendimento da problemática do sagrado, enquanto acontecimento humano. Nesse sentido, a religião, seus deuses, narrativas e ritos seriam representações imaginárias coletivas das condições de existência dos povos.

Na Filosofia, o que seria a religião para Kant? Parece-nos algo mais afeito à concepção teológica do mundo, algo vinculado à esfera do mundo não sensível. O fato é que, em virtude da semelhança da conduta social do religioso e da moral, existe nos escritos kantianos a possibilidade de entender a religião para além da metafísica, associada à liberdade e decisão humana. Influenciado por David Hume, Kant libertou-se da ilusão da metafísica e da dogmática, de modo que suas investigações sobre os fenômenos religiosos se distanciou dos fenômenos resultantes da ação humana, ou, mais precisamente, aproximando-se, assim, das questões próprias da moral.

Nesse sentido, o filósofo não se ocupava em investigar tão somente o modo como o homem livre conhecia ou podia conhecer as coisas ou a divindade, mas o que ele fazia, realizava

consigo, como o outro e a sociedade, tendo em vista alcançar a felicidade ou, em outros termos, o bem supremo. Quanto a isso, na obra *A religião nos limites da simples razão*, Kant (2008b, p. 11) assinala que:

[...] A Moral, enquanto fundada no conceito do homem como um ser livre que, justamente por isso, se vincula a si mesmo pela razão a leis incondicionadas, não precisa nem da ideia de outro ser acima do homem para conhecer o seu dever, nem de outro móbil diferente da própria lei para o observar. Pelo menos é culpa sua se nele se encontra uma tal necessidade a que por nada mais se pode então prestar auxílio; porque o que não procede dele mesmo e da sua liberdade não faculta compensação alguma para a deficiência da sua moralidade. Por conseguinte, a Moral, em prol de si própria (tanto objectivamente, no tocante ao querer, como subjectivamente, no que diz respeito ao poder), de nenhum modo precisa da religião, mas basta-se a si própria em virtude da razão pura prática [...].

Diante do exposto, entendemos que a religião é um acontecimento humano, isso porque tudo aquilo que não é natureza é produto da atividade humana. Considerando essa perspectiva e os pressupostos anteriores, o texto em tela visa refletir sobre a moral em Kant e suas implicações para as Ciências das Religiões. Para tanto, organiza-se em três pontos. O primeiro discorre um pouco sobre a vida e os escritos do filósofo, tendo em vista situarmos seus textos no contexto de sua história de vida. O segundo reflete sobre a questão da moral em Kant, organizada em três tópicos, a saber: da razão comum ao conhecimento filosófico; da filosofia moral popular à metafísica dos costumes e, por fim; da metafísica dos costumes à crítica da razão prática pura. O último ponto apresenta algumas considerações sobre a implicação das ideias kantianas da moral, no campo das Ciências das Religiões.

2. KANT E SEUS ESCRITOS

Kant foi um dos filósofos que mais influenciaram o pensamento moderno. Nasceu em Königsberg, em 22 de abril de 1724, onde viveu por toda sua vida. Foi professor da Universidade de Königsberg durante mais de 40 anos e se aprofundou

na filosofia de Gottfried Wilhelm Leibniz e Christian Wolff⁴. Segundo Thonnard (1968, p. 624), graças à influência desses filósofos, Kant (1991, p. VIII) “[...] apostava firmemente no valor objetivo da razão, mas sem ter justificado esse valor a si próprio; é dogmatista racionalista [...]”.

No contexto do século XVII, em que Kant estava inserido, duas ciências hegemônicas apresentavam-se como conhecimento válido e irrefutável, a saber: a Matemática e a Física. Vale assinalar, que, na contramão da Matemática e da Física, o pensamento metafísico, que circulava na época, visava dar respostas para “[...] os problemas da realidade última [...]” (KANT, 1991, p. VIII). Contudo não havia unanimidade entre os estudiosos de que a metafísica fosse capaz de oferecer respostas plausíveis às problemáticas e às indagações dos filósofos.

Foi mediante a leitura dos escritos de David Hume (2001) que Kant se libertou da ilusão metafísica, despertando-se do sono dogmático. Nessa ocasião, conforme destaca Thonnard (1968, p. 624), o filósofo da modernidade já havia “[...] abandonado o idealismo radical de Leibniz para aceitar a existência dos corpos e o espaço absoluto de Newton [...]”. A partir dessa nova perspectiva filosófica, Kant postula a tese central de sua filosofia de que o conhecimento é produto da atividade humana. Aqui, o papel da experiência ganhava destaque no pensamento filosófico kantiano.

Do ponto de vista filosófico, a vida intelectual de Kant foi marcada por vários trabalhos, fruto das suas profundas reflexões sobre o conhecimento, a moral, o direito, a religião e a estética. Nenhum desses campos escaparam de sua análise crítica. Dentre suas produções, as que se destacaram foram: a *História geral da natureza e teoria do céu* (1755), a *Crítica da razão pura* (1781), *Os fundamentos da metafísica dos costumes* (1785), a *Crítica da razão prática* (1788) e a *Crítica da faculdade do julgar* (1790). Em comum, todas essas obras partem do pressuposto de que o conhecimento humano, as formas e os limites das faculdades cognitivas do homem começam com a experiência, mas não derivam dela.

Das obras elencadas aqui, refletiremos sobre a moral a partir das contribuições de Kant em *Os fundamentos da metafísica dos costumes* (1785), em que o autor estabelece as condições

⁴ Era a filosofia reinante que os seus mestres da universidade lhe ensinaram.

de possibilidade de uma Lei Moral Universal, a qual teria a função de conduzir a ação do homem emancipado que manifesta sua autonomia a partir da razão pura prática, que se identifica com as condições, *a priori*, de sua vontade.

3. A QUESTÃO DA MORAL EM KANT

Considerando o que foi exposto anteriormente, pode-se verificar que Kant teve uma vida muito produtiva do ponto de vista das ideias. Seu legado se faz presente na história do pensamento ocidental, sobretudo no campo da Filosofia, em particular, e das Ciências Humanas e Sociais, em geral.

No que tange especificamente à questão da moral, escolhemos discutir o assunto a partir de seu livro *Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos* (2008a), tanto pela possibilidade de fácil aquisição desse livro, para os leitores leigos em Kant, quanto pela riqueza de enunciados, teses e argumentos que ele contém. Não obstante, saibamos que a questão sobre a moral está presente em outros escritos, a exemplo do livro intitulado *Doutrina do direito*.

A ordem de reflexão e análise que empreendemos empregou a estratégia analítica de percorrer o argumento realizado por Kant. De modo que, seguindo-o, alcançássemos o entendimento das ideias e dos conceitos que ele utilizou para tecer sua posição sobre a questão da moral. Ao optarmos por esse caminho, consideramos importante organizar nosso percurso analítico a partir da própria estrutura contida no texto de Kant e do uso de alguns fragmentos de seu discurso. Em função desse procedimento, passamos a apresentar os achados de nossa incursão.

3.1 DA RAZÃO COMUM AO CONHECIMENTO FILOSÓFICO – SENSIBILIDADE E RAZÃO

Na primeira seção, intitulada “Transição do conhecimento moral da razão comum para o conhecimento filosófico”,

nota-se que Kant desenvolveu, inicialmente, uma reflexão sobre a moral (o valor moral ou moralidade) a partir do entendimento vulgar, cotidiano e existencial, passando, gradativamente, para uma concepção elaborada a partir do prisma filosófico. Ou seja, construiu um argumento que transitou de uma razão prática, assentada na adequação entre meios e fins, cujo fundamento estaria no conjunto de necessidades, apetites e inclinações humanas, para outra, baseada no dever, cuja razão de ser se encontraria no respeito à lei, uma espécie de virtude própria do ser racional.

Nesse percurso introdutório de seu livro, Kant apresentou uma série de conceitos e de argumentos que, aos poucos, vão esclarecendo seu próprio entendimento sobre o significado da moral, como um campo de possibilidades racionais para o exercício do agir do ser humano com relação a si mesmo e aos outros. Um aspecto interessante do modo como problematizou a questão moral se encontra no esforço que fez para encontrar na noção vulgar o valor próprio daquilo que faz com que uma determinada ação possa ser considerada moral, isto é, seus princípios e legalidades essenciais. Como assinala Kant (2008a, p. 37):

[...] Assim, pois, chegamos ao princípio do conhecimento moral da razão humana vulgar, princípio esse que a razão vulgar na verdade não concebe abstratamente em uma forma geral, mas o mantém sempre realmente diante dos olhos e dele se serve como padrão para seus juízos [...].

Daí o porquê de ter se dedicado, de um lado, a escrever sobre o que não deveria ser identificado como uma prática moral, a exemplo das ações humanas que objetivam, como fim, a preservação da vida, a eliminação ou redução do sofrimento e o cultivo da saúde; o acúmulo de riqueza, a honra, o prestígio e o *status quo*; a filantropia, a caridade, a virtude e a sabedoria. Em resumo, estaria fora do espectro da moralidade todo agir humano orientado por princípios inspirados na busca da felicidade, da realização dos prazeres, do atendimento de necessidades naturais ou culturais, definidos subjetiva e imediatamente pelo indivíduo, tendo em vista atender suas inclinações, seus apetites, instintos, desejos e interesses pela aquisição de certas coisas, objetos, situações e posições agregadas ao

mundo empírico da sensibilidade e da experiência. Como ele mesmo afirmara:

[...] Assim, o valor moral da ação não reside no efeito que dela se espera; também não reside em qualquer princípio da ação que precise tomar seu fundamento determinante neste efeito esperado [...] (KANT, 2008a, p. 28).

De outro, ter se concentrado em abstrair do conhecimento vulgar de moral os elementos próprios da razão moral, a fim de estabelecer, a partir deles, as condições necessárias ao entendimento correto da moral, em uma perspectiva filosófica e metafísica, a saber, da moralidade enquanto campo de princípios e leis objetivas e universais, abstratas e gerais, orientadoras da vontade livre e consciente de todos os homens, totalmente distintas das máximas subjetivas fundadas no mundo da sensibilidade e da necessidade.

Nesse sentido, um aspecto primário da noção de moral se encontra no fato de que o agir tem de ter sua origem no próprio sujeito da ação, isto é, em sua vontade racional. Não seria moral, portanto, toda espécie de ação realizada por um impulso ou uma motivação exterior à decisão racional e consciente do ser humano, seja ela provocada pela necessidade imposta pelas determinações do mundo natural, seja ela suscitada pelas condições sociopolíticas da cultura em que vive o indivíduo, a ponto de fazê-lo agir em função de práticas de controle, de dominação, de manipulação, exercidas por meio dos dispositivos ideológicos do convencimento, de violência física e simbólica, ou do uso da força da palavra, do afeto ou do medo. Nenhuma dessas modalidades de ação se enquadraria na categoria de um agir moral. Sobre a questão da vontade, explica Kant (2008a, p. 22, grifo nosso):

[...] Todavia, nessa *ideia do valor absoluto da simples vontade* há, sem que se leve em conta a utilidade para a sua avaliação, algo de tão estranho que, por mais que esteja perfeitamente conforme a razão comum, pode suscitar a suspeita de que, no fundo, talvez não haja mais do que alguma ilusão de imaginação produzida por um falso entusiasmo, e de que a natureza tenha sido mal compreendida em seu intuito ao nos *conceder a razão* por governante da vontade [...].

Parece-nos que outro elemento identificado por Kant, como constituinte da moral, se encontra no agir prático da razão vulgar que obedece a regras que prescrevem a escolha dos meios mais adequados para os fins desejados. A adoção e a realização desse princípio como parâmetro orientador da ação, tendo em vista a eficiência da conquista ou do acesso ao objeto desejado, contém em germe a noção do dever, isto é, do respeito à lei, uma das condições necessárias à existência do valor moral. Por conseguinte, esclarece Kant (2008a, p. 27):

[...] Uma ação praticada por dever tem o seu valor moral não no propósito que por meio dela se quer alcançar, mas na máxima que a determina, não depende, pois, da realidade do objeto da ação, mas meramente do princípio do querer segundo o qual a ação foi praticada [...].

A leitura desta seção, permite-nos, por fim, considerar que o conceito de valor moral para Kant, além de ser constituído por uma vontade conscientemente guiada pelo respeito à lei, deverá também agregar uma lei com validade universal, isto é, que possa servir de princípio orientador da ação de todos os homens em geral. Supera, assim, o horizonte de uma razão prática, isto é, uma vontade humana, inspirada no parâmetro de uma máxima determinada como norte, condutora tão somente de uma ação exclusivamente egoísta, subjetiva e individual, em função de princípios que servem a um só tempo para mim e para todos. Com efeito, assinala Kant (2008a, p. 29):

[...] Como tenho subtraído a vontade de todos os estímulos que pudessem afastá-la do cumprimento de uma lei, nada mais resta a não ser a legalidade universal das ações em geral, essa que deve ser o único princípio da vontade, isto é: devo agir sempre de modo que possa querer também que minha máxima se converta em lei universal [...].

Pelo exposto, esperamos ter compreendido e explicitado, a um só tempo, o percurso argumentativo de Kant, no sentido de analisar a questão moral a partir da sensibilidade e da experiência, fundamentos do senso comum, e seu entendimento do agir moral, proporcionado pela reflexão filosófica sobre o assunto a partir do critério da razão e da especulação crítica.

3.2 DA FILOSOFIA MORAL POPULAR À METAFÍSICA DOS COSTUMES – DIGNIDADE E AUTONOMIA

Para resolver o problema de um juízo moral capaz de mover o indivíduo para agir, seja consigo mesmo ou com o outro, a partir de princípios universais, de modo que fosse capaz de, a um só tempo, superar os apetites e as inclinações imediatos e circunstanciais, o agir moral motivado pelo medo e pela tradição, vinculados à sensibilidade, à subjetividade dos interesses singulares de cada sujeito ou da tutela das instituições⁵, Kant deslocou sua reflexão da esfera filosófico-especulativa da moral para o campo da metafísica dos costumes.

Nesse lugar, a razão filosófica seria capaz de adentrar naquilo que é próprio ao agir adequadamente moral, isto é, na “[...] relação de uma vontade consigo mesma enquanto essa vontade se determina tão somente pela razão [...]” (KANT, 2008a, p. 57). Em outras palavras, a metafísica dos costumes possibilitaria analisar a razão prática (vontade) “[...] como uma faculdade de se determinar a si mesma agindo em conformidade com a representação de certas leis [...]” (KANT, 2008a, p. 57-58).

Em sua reflexão, Kant distinguiu as coisas das pessoas, assinalando que as coisas são o que são em função do valor relativo que têm, resultante de serem meios acionados para se alcançar determinados fins subjetivos. Diferentemente, as pessoas seriam, em si mesmas, a fonte de um valor objetivo, a saber, “[...] algo que não pode ser empregado como simples meio [...]” (KANT, 2008a, p. 59). Por terem em si seu próprio fim, “[...] fins objetivos, isto é, coisas cuja existência é, em si mesma, um fim, e um fim tal que em seu lugar não se pode pôr nenhum outro em seu lugar [...]” (KANT, 2008a, p. 59), haveria nesse fim “[...] um princípio prático supremo para a razão [...]”. Como ele mesmo argumenta:

[...] Se pois existirem um princípio prático supremo e um imperativo categórico no que diz respeito à vontade humana, deverão

⁵ Sobre Iluminismo, indico a leitura de Kant (1990).

ser tais que, da representação daquilo que é necessariamente um fim para todos porque é fim em si mesmo, continua um princípio objetivo da vontade, que possa, por consequência, servir de lei prática universal [...] (KANT, 2008a, p. 59).

Ora, ao determinar a humanidade e a consciência desse fato como a máxima fundamental do agir moral, Kant resolvia a questão teórica da possibilidade da ação humana ser regida por um princípio universal, isso porque essa concepção incluía uma série de três elementos essenciais à existência da moralidade na perspectiva da metafísica dos costumes, a saber: a universalidade (todos os homens são, em si, fins e não meios, indistintamente), a objetividade do princípio (o sentido deste gênero de ação não tem seu fundamento na dimensão subjetiva marcada pelos apetites e inclinações da sensibilidade humana) e, por fim, a razão como condição suprema do agir moral (a ação realizada pelo ser racional é, a um só tempo, particular e universal). Tal visão pode ser enunciada sinteticamente da seguinte maneira:

[...] Age de tal maneira que possas usar a humanidade, tanto em tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio [...] (KANT, 2008a, p. 59).

Decorrente dessa especulação metafísica, resulta o entendimento de que a sede da dignidade do ser humano se encontraria precisamente situada na capacidade de todo sujeito racional agir autonomamente em conformidade com a lei. Dignidade, *a priori*, determinada pela condição racional de todo ser humano reconhecer-se como possuidor de razão, como sendo ontologicamente uma pessoa, e como capaz de orientar sua vontade a partir de princípios universais. Nessa ótica, a moralidade seria uma espécie de síntese de várias determinações da razão prática. Nas palavras de Kant (2008a, p. 65):

[...] Ora, a moralidade é a única condição que pode fazer de um ser racional um fim em si mesmo, pois só por ela lhe é possível ser membro legislador do reino dos fins. Por isso, a moralidade e a humanidade enquanto capaz de moralidade são as únicas coisas providas de dignidade [...].

Nota-se, portanto, que o ponto de vista kantiano aponta para uma moralidade constituída pela combinação entre razão e autonomia, humanidade e dignidade. De modo que, de um lado, a autonomia é descrita como “[...] o fundamento da dignidade da natureza humana e de toda a natureza racional [...]” (KANT, 2008a, p. 66), de outro, é vista como “[...] a relação das ações com a autonomia da vontade, isto é, com a possível legislação universal por meio de suas máximas [...]” (KANT, 2008a, p. 70). Ao fim e ao cabo, Kant (2008a, p. 70) dizia:

[...] toda dignidade da humanidade consiste precisamente nesta capacidade de ser legislador universal, se bem que sob a condição de estar ao mesmo tempo submetido a essa mesma legislação [...].

Com efeito, fica relativamente evidente o entendimento da argumentação empreendida por Kant acerca da possibilidade de o agir moral ser orientado por princípios universais, isto é, imperativos categóricos, sintetizados na lei objetiva da vontade que age tendo em vista o homem como um fim em si, causa suprema inclusive da ressignificação e revalorização de todas as possíveis ações hipotéticas.

3.3 DA METAFÍSICA DOS COSTUMES À CRÍTICA DA RAZÃO PRÁTICA PURA – VONTADE E LIBERDADE

Na terceira seção, designada “Transição da metafísica dos costumes para a crítica da razão pura”, Kant retoma e situa criticamente as premissas sobre a moral, desenvolvidas nas seções anteriores. Conferindo, assim, centralidade ao binômio vontade-liberdade, como as propriedades constitutivas da razão prática.

A noção de razão prática é composta por dois predicados essenciais, a saber, o da consciência (razão) e o da prática (vontade). Enquanto sujeito consciente, o “eu” do ser humano somente poderia ser constituído pela faculdade da razão, como explicita Kant (2008a, p. 84):

[...] Ora o homem encontra realmente em si mesmo uma faculdade pela qual se distingue de todas as outras coisas e até de si mesmo, à medida que é afetado por objetos; esta faculdade é a razão [Vernunft] [...].

Enquanto sujeito de vontade, o “eu” humano somente poderia ter uma razão que fosse eminente prática, isto é, que possuísse “[...] causalidade em relação aos seus objetos [...]” (KANT, 2008a, p. 81) e fosse livre. De modo que a “[...] liberdade seria a propriedade dessa causalidade, pela qual ela pode ser eficiente [...]” (KANT, 2008a, p. 79).

Ao pressupor assim o ser em si do “eu” humano, a análise kantiana do conteúdo específico da liberdade conclui que a liberdade humana se realizaria efetivamente tão-somente por meio da autonomia, identificada como “[...] a propriedade da vontade de ser lei de si mesma [...]” (KANT, 2008a, p. 79). Tal pressuposição seria necessária à especulação da razão prática pura, no caso de se pensar o ser humano como “[...] um ser racional e consciente de sua causalidade a respeito das ações, isto é, dotado de vontade [...]” (KANT, 2008a, p. 81). Em outras palavras, Kant (2008a, p. 85) afirma:

[...] Como ser racional e, portanto, pertencente ao mundo inteligível, o homem não pode jamais intuir a causalidade de sua própria vontade senão sob a ideia de liberdade, pois a independência das causas determinantes do mundo sensível (independência que a razão tem sempre que se atribuir) é a liberdade [...].

Um desdobramento desse modo de entender seria a compreensão de que o ser humano ao se reconhecer como ser racional, ou seja, “[...] considerar-se a si mesmo como inteligência [...]”, deveria, necessariamente, “[...] considerar as leis do mundo inteligível como imperativos [...] e as ações conformes a esse princípio como deveres [...]” (KANT, 2008a, p. 85-86), agindo, assim, a partir da “[...] ideia de liberdade, isto é, da independência em relação a causas determinantes do mundo sensível” (KANT, 2008a, p. 87). Em outros termos, diz Kant (2008a, p. 90):

[...] A causalidade dessas ações reside nele como inteligência e nas leis dos efeitos e ações segundo princípios de um mundo

inteligível, do qual nada mais sabe senão que neste mundo só dá a lei a razão, e isso o faz a razão pura, independente da sensibilidade [...].

Portanto, observa-se que a transição feita por Kant no decurso de sua argumentação sobre a questão da moralidade deságua na defesa intransigente de que o caráter eminentemente puro da razão prática se encontraria na superação de uma vontade orientada pelas máximas originadas no mundo da sensibilidade, no mundo empírico, que, concretamente, se efetivaria no ato de desejar e satisfazer o querer sensível por meio da busca e da conquista dos objetos da inclinação e do apetite, que constituem a subjetividade específica de cada ser humano. Livre das determinações do mundo sensível, o agir humano não teria seu motor fora de si, mas em si, ou seja, na razão prática. Assim, concluímos, afirmando com Kant (2008a, p. 93):

[...] pressupondo a liberdade da vontade de uma inteligência, a consequência necessária é a autonomia dessa vontade como a condição formal, sob a qual tão-somente pode ser determinada [...].

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: IMPLICAÇÕES DA NOÇÃO DE MORAL KANTIANA PARA AS CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

A reflexão e análise que empreendemos sobre a noção de moralidade em Kant, a partir de seu livro *Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos*, permitiu que chegássemos a algumas conclusões acerca das contribuições de seu legado para as Ciências das Religiões, haja vista, como o próprio título deste texto enuncia, nosso intuito principal de conhecer algumas ideias de Kant sobre a moral residiria em poder, a partir dele, entender um pouco mais o objeto das investigações realizadas no campo das Ciências das Religiões.

Nesse sentido, os achados obtidos, mediante a escavação do livro kantiano analisado, possibilitaram elementos que nos permitem concordar com a ideia de que Kant, ao conceber a razão humana como princípio motor de sua vontade, consolida

a visão, compartilhada por vários estudiosos das Ciências Humanas, Sociais e das Religiões, de que a cultura é o produto da atividade humana, isto é, de que a razão prática humana se efetiva no campo moral, técnico e simbólico. De modo que, com Kant, podemos, sim, justificar e explicar o discurso de que o mundo humano é o resultado da própria atividade humana.

Assim sendo, não seria diferente o entendimento da existência da religião no seio da história. Ou seja, a religião, assim como outros elementos que integram a cultura, seria também o produto da atividade humana, de sua prática, de sua capacidade criativa. Tal possibilidade indica que o objeto de estudo das Ciências das Religiões seria constituído por um conjunto de produções culturais feitas pelo ser humano, que conservam características próprias do modo como o ser humano tem praticado sua relação com a natureza e com os outros seres humanos. Tais produtos seriam as crenças, os valores, os significados, as práticas e os ritos, concepções que funcionariam como máximas e/ou leis agrupadas em torno da designação “religiosa”, cabendo, portanto, às Ciências das Religiões investigar, a partir de parâmetros científicos, esse fenômeno humano.

É significativa para a determinação dos estudos das Ciências das Religiões, a diferenciação estabelecida na reflexão kantiana entre o mundo sensível ou, mais especificamente, o campo da sensibilidade, constituído pela natureza e suas causalidades, ou seja, suas leis, necessidades e determinações naturais; e o mundo da razão, a exemplo do mundo moral. Essa diferença corrobora não somente a existência de cada um desses mundos, mas também conserva suas especificidades e propriedades, as quais funcionam como divisores de águas entre eles: aquele, independente da razão e da vontade; e este, resultado delas, portanto, da prática, da autonomia e da liberdade humana. Segundo Kant (2008a, p. 84-85), essa distinção é uma das funções da razão:

[...] A razão, de modo diverso, mostra sob o nome das ideias uma espontaneidade tão pura que por ela excede em muito tudo o que a sensibilidade possa fornecer ao entendimento; e mostra a sua mais elevada função na distinção que estabelece entre mundo sensível e mundo inteligível, assinalando assim os limites ao próprio entendimento [...].

A relevância dessa diferenciação se encontra em, pelo menos, dois aspectos: o primeiro consiste no fato de que o objeto de investigação das Ciências das Religiões não se situa, de um lado, no mundo sensível, físico e empírico da natureza, de suas determinações e causalidades; de outro, que não se reduz ao campo da moralidade, isto é, das práticas e seus efeitos, realizadas no campo do exercício autônomo e livre da ação consciente. Isto porque o fenômeno religioso também se diferencia do moral, muito embora possa resguardar elementos afins. Tal diferenciação pode ser identificada na seguinte afirmação de Kant, acerca de sua rejeição do uso da noção de vontade divina como parâmetro de entendimento da noção moral. Explicita o filósofo:

[...] o conceito ontológico da perfeição é melhor do que o conceito teológico que faz derivar a moralidade de uma vontade divina infinitamente perfeita, e isso só porque não podemos intuir a perfeição da vontade divina, mas porque apenas a podemos derivar de nossos conceitos dos quais a moralidade é o mais nobre [...] (KANT, 2008a, p. 73).

Parece-nos, portanto, que assim como o conceito teológico de vontade divina não serve para definir o conceito de moralidade em Kant, também não serve para definir o objeto específico dos estudos e investigações das Ciências das Religiões, isso porque, assim como o agir moral, o agir religioso é um modo de existência da razão prática humana. Contrariamente, e de forma similar às determinações naturais, as determinações divinas são exteriores ao campo do agir propriamente humano.

Portanto, a nosso ver, o pensamento kantiano a um só tempo consolida o objeto das Ciências das Religiões como um acontecimento ou fenômeno da ordem da cultura, portanto do mundo dos homens, assim como possibilita uma linha de argumentação fundamentada que rejeita veementemente as máximas e/ou princípios teológicos como parâmetros e/ou regras a serem utilizadas na prática do exercício das pesquisas e das investigações científicas empreendidas no âmbito das Ciências das Religiões.

SPECULATION ABOUT THE KANT MORAL AND SOME IMPLICATIONS TO RELIGIOUS SCIENCE

ABSTRACT

The paper discusses the issue of morality in Kant from the book *The foundations of the metaphysics of morals* (1785). Assuming the Kantian understanding that the headquarters of the dignity of the human person would be found, precisely situated in the ability of every rational being's autonomously act in accordance with the law. In that sense, we seek to understand the Kantian argument, which transitioned from a practical reason; reason seated in, to fit between means and ends, which foundation would be in the range of needs, human appetites and human inclinations, for each other, based on "duty", which reason would be found on autonomous and free exercise from the rational being. In addition, the paper highlights some implications of its ideas about moral action for the field of Religious Science.

KEYWORDS

Practical reason. Morality. Religious Science. Philosophy of law. Ethics.

REFERÊNCIAS

- BERGER, P. L. Definições sociológicas da religião. In: BERGER, P. L. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Editora Paulus, 1985.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- DURKHEIM, É. *As formas elementares de vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. Tradução de Pereira Neto. São Paulo: Paulinas, 1989.

ELIADE, M. A religião dos indo-europeus e os deuses. In: ELIADE, M. *Histórias das crenças e das ideias religiosas*: da idade da pedra aos mistérios de Elêusis. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. p. 185-206. v. I

HOCK, K. *Introdução à ciência da religião*. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

HUME, D. *Tratado da natureza humana*. Tradução Déborah Danowski. São Paulo: Unesp; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

KANT, I. Resposta à pergunta: o que é Iluminismo? Tradução Artur Morão. In: KANT, I. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1990.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. Tradução Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. 4. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1991. (Os Pensadores).

KANT, I. *Os fundamentos da metafísica dos costumes*. Lisboa: Edições 70, 2007. (Textos Filosóficos, 7).

KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos*. Tradução Leopoldo Holzbach. São Paulo: Martin Claret, 2008a.

KANT, I. *A religião nos limites da simples razão*. Tradução Artur Morão. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008b. (Textos Clássicos de Filosofia).

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1975.

THONNARD, A. A. *Compêndio de história de Filosofia*. Porto: Imprimatur, 1968.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução Irene de Q. F. Szmrecsanyi e Tomas J. M. K. Szmrecsanyi. 13. ed. São Paulo: Pioneira, 1999. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais – Sociologia).

Recebido em outubro de 2014.
Aprovado em março de 2015.